



05 DE SETEMBRO DE 2018 Quarta-feira

- INDÚSTRIA REGISTRA RETRAÇÃO E SETOR JÁ PREVÊ ANO ERRÁTICO E SEM RETOMADA
- AVANÇO DA PRODUÇÃO É GRADUAL, MAS CONSTANTE
- EFEITO CALENDÁRIO AJUDA DESEMPENHO DA INDÚSTRIA ANTE JULHO DE 2017, DIZ IBGE
- INDÚSTRIA OPERA 14,1% ABAIXO DO PICO DE PRODUÇÃO DE MAIO DE 2011, DIZ IBGE
- VALOR QUE EMPRESAS TRAZEM DO EXTERIOR QUINTUPLICA ESTE ANO
- ESTRANGEIROS TIRAM EM AGOSTO US\$ 3 BI DA AMÉRICA LATINA
- CONSTRUÇÃO CIVIL IMPULSIONA A CRIAÇÃO DE EMPREGOS NO PARANÁ
- APÓS DECISÃO DO SUPREMO, EMPRESAS CONFUNDEM TERCEIRIZADOS COM PJs
- PESQUISA MOSTRA QUE 97% DAS EMPRESAS QUE CONTRATAM FREELAS SÃO MEIS E PMES
- RECEITA DECLARARÁ INAPTOS 219 MIL DE INSCRITOS NO CNPJ NO PARANÁ POR OMISSÃO DE DECLARAÇÃO
- MDIC ABRIRÁ ESCRITÓRIO EM TODAS AS REGIÕES DO PAÍS
- PL DAS DISTRIBUIDORAS É APROVADO EM COMISSÕES DO SENADO
- INSTABILIDADE AVANCA SOBRE EMERGENTES RETRAINDO AS BOLSAS E ELEVANDO O DÓLAR
- ARTIGO : "A CONTA SEMPRE ESBARRA NOS IMPOSTOS
- CARGA IMPORTADA POR VIA AÉREA SOBE MESMO COM DÓLAR EM ALTA
- CONSUMIDORES PAGARÃO R\$ 1,937 BI A MAIS NA CONTA DE LUZ PARA COBRIR SUBSÍDIOS
- TOTAL DE FAMÍLIAS ENDIVIDADAS SOBE EM AGOSTO E CHEGA A 60,7%

- SALÁRIOS DE ADMISSÃO DE PROFISSIONAIS DE 30 A 49 ANOS SÃO OS ÚNICOS QUE CRECEM
- GASOLINA ACUMULA ALTA DE 45,7% NAS REFINARIAS DESDE FEVEREIRO
- MAIA: GOVERNO TENTA ACORDOS PARA DESTRAVAR PAUTA E VOTAR MP DO SUBSÍDIO AO DIESEL
- PLENÁRIO DA CÂMARA APROVA MP QUE CONCEDE SUBSÍDIO AO PREÇO DO DIESEL
- EUNÍCIO DIZ QUE VAI TENTAR VOTAR MP DO DIESEL NESTA QUARTA-FEIRA
- GOVERNO ELEVA PREÇO DO FRETE EM 5%, EM MÉDIA, APÓS ALTA DO DIESEL
- VENDA DE USADOS PARA DE CRESCER EM 2018
- DECRETO QUE REGULAMENTA ROTA 2030 PODE SAIR NOS PRÓXIMOS DIAS
- APTIV INVESTE PARA PRODUIR MAIS NO BRASIL
- IMPORTADORAS VÃO REVER PARA BAIXO PROJEÇÕES DE VENDAS DE 2018
- AUDI INICIA PRODUÇÃO DE SEU PRIMEIRO SUV ELÉTRICO
- IVECO VENDE 40 CAMINHÕES À OTD LOGÍSTICA

CÂMBIO EM 05/09/2018		
	Compra	Venda
Dólar	4,170	4,171
Euro	4,848	4,850

Fonte: BACEN

Indústria registra retração e setor já prevê ano errático e sem retomada

05/09/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Para especialistas, desaceleração vinha desde o início de 2018 e se agrava com as eleições

"A expansão da produção industrial no Brasil deve se manter errática e moderada até o fim deste ano, de acordo com a avaliação de empresários e economistas.

Segundo eles, a recuperação do setor tem como um de seus principais entraves a incerteza causada pela eleição presidencial, em especial por sua polarização e pela grande quantidade de candidatos competitivos e com diferentes propostas para lidar com os problemas econômicos.

Além disso, fatores como a lenta recuperação do emprego e o reflexo moderado da queda dos juros básicos da economia nas taxas cobradas de consumidores e empresas dificultam a aceleração do setor, segundo os representantes das empresas.

Com queda de 0,2% em julho na comparação com o mês anterior, de acordo com dados divulgados nesta terça-feira (4) pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), o segmento alterna meses de avanço e retrocesso em 2018.

Dos 26 ramos pesquisados, dez apresentaram queda, com destaque para os de veículos automotores, reboques e carrocerias (-4,5%) e os produtos alimentícios (-1,7%).



Linha de montagem da Ford, em fábrica em São Bernardo, Grande São Paulo - Rodrigo Paiva/Folhapress

Outras contribuições negativas vieram de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos, que tiveram recuo de 7,2%.

Apesar da queda quando se considera o período imediatamente anterior, o mês registrou crescimento de 4% se comparado com o mesmo mês de 2017.

No acumulado de 2018, a produção da indústria nacional teve alta de 2,5%. Nos últimos 12 meses, o crescimento acumulado sobe para 3,2%.

Mauricio Nakahodo, economista do Banco MUFG Brasil, diz acreditar que o resto do ano será marcado por pequenas altas e quedas moderadas como essa, na comparação mês a mês.

Fatores como a crise na Argentina, mercado que compra produtos industrializados brasileiros, devem ser uma nova barreira para o segmento nos próximos meses, afirma.

O economista diz esperar que 2018 termine com avanço de 2% em relação a 2017. Segundo Flávio Castelo Branco, gerente-executivo de políticas econômicas da CNI (Confederação Nacional da Indústria), a incerteza em relação ao futuro retrai tanto os gastos dos consumidores como também os investimentos das empresas.

"É um quadro de grande incerteza. Não sabemos quais os candidatos que irão para o segundo turno nem o que eles pensam sobre o programa de ajuste das contas do governo que a economia precisa."

Além disso, segundo Castelo Branco, a paralisação dos caminhoneiros de maio (que causou forte queda na produção do mês) deixou entraves para a indústria, como o tabelamento dos fretes (criado pelo governo para encerrar os protestos).

João Dornellas, presidente-executivo da Abia (associação da indústria de alimentos), diz que a paralisação gerou prejuízos com efeitos nos meses após o evento, como a perda de animais.

Segundo ele, a queda no segmento, que a associação calcula em 3,15% na produção de janeiro a julho em comparação com o ano anterior, também é resultado do alto índice de desemprego e da falta de confiança dos consumidores.

Dornellas diz esperar que o setor cresça 1,5% em 2018, tendo sua recuperação impulsionada pelas festas de fim de ano.

Rafael Cagnin, economista do Iedi (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial), pondera que a desaceleração já ocorria desde o início deste ano, mesmo antes da paralisação e da aproximação do ciclo eleitoral.

Segundo ele, em 2017 a economia se beneficiou da queda da inflação e dos juros e de uma supersafra agrícola. Neste ano, com o fim do efeito desses incentivos, houve a perda de vigor na recuperação, diz Cagnin.

Já a Abimaq (associação da indústria de máquinas), que aponta queda de 4,9% no faturamento do setor no mercado interno neste ano, afirma que a alta taxa de juros cobrada das empresas é um entrave para a retomada.

José Velloso, presidente-executivo da associação, afirma que, mesmo que o empresário acesse juros do BNDES nas linhas mais baratas para a compra de máquinas (12% ao ano), não conseguiria que o ganho obtido com o uso do equipamento compensasse o custo.

"Não estamos nem repondo a depreciação dos ativos", diz.

Uma das atividades que está sendo prejudicada neste momento é a produção de açúcar e de álcool. O banco de investimento Itaú BBA estima que 18 usinas do setor sucroalcooleiro enfrentam dificuldades financeiras.

Os empreendimentos, localizados no centro-sul do Brasil, a principal área produtora do país, não estão gerando caixa suficiente para manter suas operações, disse o chefe de negócios em agricultura do banco, Pedro Fernandes.

A instituição avaliou a situação financeira de 75 produtores, que representam uma capacidade total de processamento de 475 milhões de toneladas de cana.

O banco estima que outras 22 empresas mal têm conseguido gerar recursos suficientes para cobrir serviços da dívida e para manter níveis adequados de renovação de canais.

A longa estiagem de 2018 ameaça a próxima colheita. Em algumas cidades paulistas, a seca se aproximou de 120 dias e pode resultar em uma redução na produção de cana-de-açúcar de até 40 milhões de toneladas na atual safra.

Enquanto na safra 2017/18, encerrada em março, a produção alcançou 596 milhões de toneladas moídas, no período 2018/19 o montante pode ser de até 556 milhões.

Avanço da produção é gradual, mas constante

05/09/2018 – Fonte: DCI

Apesar do ritmo lento, a recuperação chega a segmentos até então estagnados, como bens intermediários; desempenho verificado pelo IBGE é positivo em 19 dos 26 ramos pesquisados

Apesar do ritmo ainda lento, o avanço da produção industrial se mostra mais espalhado e atinge setores que estavam estagnados. Pesquisa do Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística (IBGE) aponta crescimento na base anual em 19 dos 26 ramos.

“Observamos alguns segmentos se destacando, com desempenho forte em químicos, papel e celulose, alimentos e bebidas. Antes, a recuperação estava muito concentrada em bens duráveis e bens de capital”, avalia o economista da Pezco, Yan Cattani.

Segundo ele, isso sinaliza que o efeito base de recuperação já ocorreu e agora está atingindo outros elos da cadeia. "A melhora em bens de capital ocorria em função da recuperação de perdas durante a crise. Já os bens duráveis estavam mais relacionados ao setor automotivo. Por enquanto, atinge poucos setores, mas traduz uma melhoria; deixou de concentrar só nesses dois itens", destaca.

Para Cattani, a queda de 0,2% em relação a junho já era esperada. "Após a greve em maio, era natural que houvesse um forte avanço em junho. A retração sobre o mês anterior é um mero efeito estatístico. O que traduz melhor a realidade é o crescimento anual de 4%, mostrando que a produção retornou aos níveis anteriores ao da greve", ressalta.

Para a professora de economia do Insper, Juliana Inhasz, embora a comparação com 2017 seja positiva, o resultado se dá sobre uma base fraca. "Quando levamos em consideração que o País passou por dois anos de PIB em queda e crescimento pequeno no ano passado, era de se esperar um desempenho mais forte. A indústria cresce pouco e sobre uma base fraca."

Ela acredita em uma tendência de continuidade desse cenário. "É difícil acreditar em uma recuperação vigorosa, com melhoria do emprego. O País não vai conseguir realizar a virada econômica esperada nesse ano."

Cattani acredita que a recuperação vai seguir nos níveis anteriores à paralisação dos caminhoneiros. "As elevações nos próximos meses devem ser fracas, as pessoas ainda não têm consumido de forma tão intensa. Segue a recuperação, o que é bom, mas num ritmo não tão animador."

Balanço mensal

O economista do IBGE e gerente da pesquisa industrial mensal, André Macedo, destacou os efeitos negativos do desempenho do setor automotivo no resultado mensal.

"O segmento de bens de capital foi diretamente afetado pela queda em transportes, em que os caminhões têm um peso importante para esse resultado negativo. Também observa-se um desempenho negativo em bens de consumo duráveis, também afetado pelo comportamento de menor intensidade da indústria automotiva."

Na análise do MUFGE, holding do Banco MUFGE Brasil, o resultado, embora negativo, foi melhor que o esperado. "Apesar da contração na margem, observa-se que todas as categorias apresentaram aumento na produção nos últimos 12 meses, sendo que bens duráveis e de capital tiveram um crescimento mais acentuado." Porém, o relatório destaca que essa melhora se dá sobre uma base fraca, afetada pela recessão em 2015 e 2016.

Para o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), a pesquisa do IBGE demonstra que o vigor da retomada da atividade em 2018 se mostra aquém do esperado.

O relatório do Iedi dá ênfase à perda mais intensa em bens de capital, "cujo desempenho pode estar refletindo a deterioração das expectativas vindas do cenário político, mas também do próprio ritmo de recuperação da indústria, que tem deixado muito a desejar". Juliana também vê o dado com preocupação.

"É um indicador totalmente relacionada à produção, sinaliza que as empresas não estão apostando no crescimento. Após a recuperação das perdas da greve, era esperado que haveria um desempenho melhor em julho."

Efeito calendário ajuda desempenho da indústria ante julho de 2017, diz IBGE

05/09/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 04-09-2018)

O efeito calendário ajudou a impulsionar o desempenho da indústria em julho, na comparação com o mesmo mês de 2017, contou André Macedo, gerente da Coordenação de Indústria do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O mês de julho de 2018 teve um dia útil a mais que julho de 2017. “Isso ajuda a entender não só a magnitude de crescimento em relação ao mês anterior, mas todo o perfil espalhado de crescimento, seja por categoria econômica, seja por atividade”, disse Macedo.

Na comparação com julho de 2017, a produção industrial cresceu 4,0% em julho de 2018, com resultados positivos nas quatro grandes categorias econômicas e em 19 dos 26 ramos pesquisados. Em junho, o avanço tinha sido de 3,4%.

“Se colocasse o ajuste sazonal na comparação interanual, daria um crescimento de 3,1% em julho (em vez de 4,0%)”, calculou Macedo.

O Índice de difusão, que mede a proporção de itens com avanço na produção, aumentou de 50,2% em junho para 58,4% em julho, com melhora em todas as categorias de uso. “Talvez o efeito calendário de um dia útil a mais tenha explicado esse aumento também no percentual de produtos com taxa positiva”, declarou Macedo.

Entre as atividades, os principais impactos positivos sobre a alta da indústria em julho ante julho do ano anterior foram veículos automotores, reboques e carrocerias (21,0%) e coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (11,3%).

Outras contribuições positivas relevantes foram das indústrias extrativas (3,8%), bebidas (12,5%), celulose, papel e produtos de papel (9,2%), máquinas e equipamentos (7,4%), outros produtos químicos (4,2%), metalurgia (4,8%), produtos de borracha e de material plástico (5,0%) e máquinas, aparelhos e materiais elétricos (5,1%).

Na direção oposta, o destaque negativo foi de produtos alimentícios (-5,8%). Houve perdas importantes também em equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (-9,5%) e couro, artigos para viagem e calçados (-6,4%).

Indústria opera 14,1% abaixo do pico de produção de maio de 2011, diz IBGE

05/09/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 04-09-2018)

A indústria brasileira opera atualmente 14,1% abaixo do pico de produção registrado em maio de 2011, segundo os dados da Pesquisa Industrial Mensal, divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

“Claro que esse distanciamento já foi maior. Em maio, esse distanciamento foi de 23,7%. Há melhora, claro, em função da volta da produção, mas esse distanciamento é de dois dígitos. Em termos de patamar de produção é como se a indústria estivesse operando como em maio de 2009. A indústria não sai desse patamar”, apontou André Macedo, gerente na Coordenação de Indústria do IBGE.

Segundo Macedo, há uma tendência de recuperação gradual, mas que não recupera perdas acumuladas em anos passados.

Com as oscilações de maio (-10,9%) e junho (12,9%), provocadas pela greve de caminhoneiros, seguida pela ligeira queda de 0,2% em julho ante o mês anterior, a indústria está 0,8% abaixo do patamar de produção de dezembro de 2017.

"É como se tivesse operando mais baixo do que operou no ano passado", ressaltou Macedo.

"A gente está num patamar superior ao que a gente tinha antes da greve dos caminhoneiros. Passados três meses, eu avancei 0,3%. Estou praticamente estável ao patamar que eu tinha em abril. Mas o patamar de produção é 0,8% menor que o de dezembro do ano passado", resumiu Macedo.

A produção de bens de capital está 35,6% abaixo do pico registrado em setembro de 2013, enquanto a fabricação de bens de consumo duráveis encontra-se 22,6% aquém do ápice alcançado em junho de 2013.

"É claro que a gente tem algum tipo de melhora em relação ao que a gente tinha em 2016. Mas, em relação ao ano de 2017, a indústria acaba não avançando de forma mais consistente", completou o gerente do IBGE.

Valor que empresas trazem do exterior quintuplica este ano

05/09/2018 – Fonte: Valor Econômico

O fluxo de recursos que as empresas brasileiras com ativos no exterior trouxeram de volta ao país se intensificou nos últimos meses. Entre janeiro e julho, os valores resultantes de venda de participação acionária de empresas brasileiras no exterior que foram retornados ao país aumentaram quase seis vezes na comparação com o mesmo período do ano passado, saindo de US\$ 2,4 bilhões para US\$ 13,6 bilhões.

Para ter uma ideia de como o movimento é intenso, o valor que voltou ao Brasil como resultado do desinvestimento neste ano em sete meses já é maior do que o volume total de US\$ 6,4 bilhões de todo o ano passado.

Os valores, segundo analistas, refletem movimento de reavaliação de ativos no exterior por empresas brasileiras, num momento de economia interna em lenta recuperação, moeda nacional desvalorizada e percepção de avanço do protecionismo no mercado internacional. Durante o primeiro semestre, companhias como CSN e Gerdau alienaram participações societárias no exterior.

Dos investimentos desfeitos neste ano, US\$ 12,1 bilhões - praticamente 90% - retornaram ao país de abril a julho, segundo dados do Banco Central (BC). Nesses quatro meses o pico de US\$ 5,6 bilhões foi em junho, com média mensal de US\$ 3 bilhões em reingressos. Do início de 2014 até hoje a média de recursos vindos de desinvestimentos é de US\$ 750 milhões ao mês.

Os números, dizem Luis Afonso Lima, da Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais (Sobeet), refletem um movimento de revisão de ativos que as empresas brasileiras adquiriram no exterior, com venda de participações acionárias num momento de economia ainda desacelerada e em alguns casos direcionados para o pagamento de dívidas.

"Há também fatores externos, como uma perspectiva de recuperação econômica internacional ainda lenta e aumento do protecionismo no comércio."

Welber Barral, sócio da Barral M Jorge e ex-secretário de Comércio Exterior, diz que, apesar da existência de fatores externos, o que mais contribuiu para a onda geral de desinvestimento é o cenário interno.

A desvalorização do real também cria uma oportunidade para aceleração desses reingressos, avalia ele.

"Algumas empresas aproveitam a oportunidade do câmbio para desinvestir e resolver um problema aqui dentro, onde a baixa atividade econômica ainda provoca prejuízo e muitas vezes se enfrenta uma dívida com juros altos."

Segundo dados do Banco Central, no período mais recente, dos últimos cinco anos, os reingressos somente passaram por movimento maior de aceleração em 2015, ainda assim de forma menos intensa.

Naquele ano voltaram US\$ 10, 6 bilhões em participações desfeitas no exterior. A depreciação do real chegou a 29,5%, considerando a cotação do dólar pela Ptax média de 2015 contra o ano anterior, em iguais critérios. Em 2015, lembra Barral, também houve desvalorização do real, mas a crise ainda estava no início.



Procurado, o Banco Central, em nota, diz que as "as empresas no Brasil investem e desinvestem em seus negócios no exterior ao longo do tempo. Embora os regressos de investimento brasileiro direto no exterior, modalidade participação no capital, estejam mais elevados em 2018 (13,6 bilhões de janeiro a julho), os investimentos em participação no capital (incluindo compras de novas empresas) somaram US\$ 7,3 bilhões nos primeiros sete meses de 2018".

O BC ainda ressalta que, considerando desinvestimentos - regressos - e investimentos em participação no capital, os fluxos líquidos ao exterior somaram US\$ 27,2 bilhões entre janeiro de 2015 e julho de 2018.

Segundo o relatório de setor externo do BC, com o aumento dos desinvestimentos, os regressos superaram em US\$ 6,32 bilhões os investimentos diretos externos em participação de capital, considerando o reinvestimento de lucros no exterior. No ano passado o quadro foi inverso. Os investimentos em participação externa, no mesmo critério, superaram os reingressos em US\$ 1,72 bilhão.

Barral destaca o efeito negativo dos reingressos no médio prazo. "A participação brasileira no exterior diminui. Isso significa menor influência do país, menor força para as marcas do país, menor fatia no processo de internacionalização de tecnologia e de talentos, o que também traz reflexos para o comércio exterior."

Entre as companhias de capital aberto, o ano até agora trouxe uma predominância das vendas de participações de brasileiras no exterior dentro do setor de siderurgia. Altamente endividadas nos últimos anos, por causa da depressão nos preços internacionais do aço e da recessão brasileira (que erodiu a demanda no mercado interno), as companhias elegeram o desinvestimento como saída para melhorar a saúde financeira.

No primeiro semestre, foram concluídas três vendas relevantes, totalizando US\$ 654 milhões. A maior delas, feita também pela empresa com maior dívida, foi a saída da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) da área produtiva nos Estados Unidos.

O grupo vendeu a LLC, uma laminadora que mantinha em território americano para fornecer especialmente ao setor automotivo, para a Steel Dynamics, por US\$ 400 milhões.

Além disso, a Gerdau foi a segunda grande protagonista das vendas de ativos em 2018. A empresa já anunciou operações que somadas superam R\$ 6,5 bilhões nos últimos quatro anos, mas só nos primeiros seis meses de 2018 recebeu cerca de US\$ 254 milhões pela alienação de uma fábrica de fios-máquina nos EUA e a totalidade de seu negócio no Chile.

Até o fim do ano, a siderúrgica de origem gaúcha espera também embolsar US\$ 600 milhões - valor ainda não corrigido - pela venda das unidades americanas que produzem vergalhão à Commercial Metals Company (CMC).

Estrangeiros tiram em agosto US\$ 3 bi da América Latina

05/09/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 04-09-2018)

A entrada de capital estrangeiro em mercados emergentes recuou de US\$ 13,7 bilhões em julho para US\$ 2,2 bilhões em agosto, de acordo com o Instituto de Finanças Internacionais (IIF, na sigla em inglês). Já nos países da América Latina, foi registrada a saída de US\$ 3,1 bilhões no mês passado.

O relatório do IIF leva em conta recursos oriundos do mercado acionário, títulos de dívida e moedas. Em agosto, os mercados de ações se mostraram mais resilientes – com entrada de US\$ 7 bilhões no período –, enquanto os mercados de dívida foram menos atrativos para os investidores, ao registrarem evasão de US\$ 4,8 bilhões.

“Os fluxos na América Latina foram deprimidos devido à atual crise na Argentina, à incerteza política no Brasil e às preocupações com os laços comerciais entre Estados Unidos e China e em meio às negociações comerciais atuais (EUA-China e Nafta)”, aponta relatório. A organização diz ainda que o aumento das taxas de juros em solo americano e o enfraquecimento do complexo de moedas emergentes “diminuíram claramente o apetite por dívidas” desses países.

Álvaro Bandeira, economista-chefe da ModalMais, aponta que a saída de recursos é reflexo do aumento da aversão ao risco em meio à normalização da política monetária nos países desenvolvidos. “Em meio às turbulências no cenário externo, o investidor vai para onde acha mais seguro, para onde está a liquidez”, explica. “Aí o dólar sobe e desequilibra as moedas mais fracas – por isso, os emergentes sofrem mais.”

Apesar de a América Latina pesar negativamente no saldo de agosto, o IIF aponta que o fluxo de capital estrangeiro para países em desenvolvimento foi positivo impulsionado por entradas em ações chinesas. Regionalmente, a Ásia emergente atraiu o maior número de entradas de capital e dívida (US\$ 8,4 bilhões), principalmente devido à China. Já os fluxos para a Europa emergente ficaram estáveis.

Brasil

O dado mais atual referente ao Brasil é relativo ao mês de junho. No segundo trimestre, o País teve uma das maiores desacelerações entre os emergentes, ao lado de Índia, Polônia, Argentina e Turquia. Entraram no País US\$ 700 milhões, ante 11 bilhões no primeiro trimestre do ano. “No cenário doméstico, pesa a incerteza eleitoral, que aumenta a cautela dos investidores”, diz Bandeira.

O receio se reflete na Bolsa brasileira. No primeiro semestre, R\$ 9,9 bilhões foram retirados da B3 por estrangeiros – o pior resultado registrado no período desde o início da série histórica, em 2004.

Construção civil impulsiona a criação de empregos no Paraná

05/09/2018 – Fonte: Bem Paraná (publicado em 04-09-2018)

Setor foi responsável pela metade das novas contratações formais no Estado em julho



Após voltar à recessão técnica no segundo trimestre deste ano, com queda de 0,8% do PIB do setor entre abril e junho (dados do IBGE), o setor da construção civil começa a dar sinais de reação no Paraná. Segundo informações do Ministério do Trabalho, o setor foi responsável por mais da metade (50,4%) das vagas de emprego formais abertas no estado em julho, registrando a maior variação positiva desde 2014.

De acordo com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), de janeiro a julho foram criados 34.601 novos postos de trabalho no Paraná, sendo que no último mês o saldo entre admissões e demissões ficou positivo, com a abertura de 2.485 vagas.

No mês, a construção civil foi responsável pela criação de 1.252 vagas, resultado de um total de 8.228 admissões e 6.976 desligamentos. Já no ano, o total de vagas criadas pela construção civil até aqui é de 3.645, com 54.897 empregados contratados e outros 51.252 demitidos.

Só na região de Curitiba, por exemplo, a MRV Engenharia contratou 342 novos colaboradores para atuar nas 11 obras da companhia em andamento. Segundo o engenheiro civil Cesar Ulisses Rezende, aos poucos a confiança (tanto do empresário como do consumidor) está voltando, o que deve reaquecer a economia nos próximos meses, especialmente após a eleição e consolidação de um novo governo.

“Todo mundo está só esperando (para retomar o investimento). Desde o início a crise é muito mais política do que econômica”, comenta ele, explicando ainda que essa é uma boa hora para contratações. “A rotatividade (na construção civil) é muito alta e em épocas de bonança é difícil conseguir pessoas boas. Com a crise, começaram a sobrar funcionários bons e estamos aproveitando para fazer a seleção da mão de obra”, explica.

Um dos funcionários contratados recentemente pela empresa foi Sidnei Lopes Cardoso. O pedreiro, que atua há mais de 10 anos na área, estava há dois meses sem emprego. Há 17 dias, foi contratado pela MRV para atuar numa obra em São José dos Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba. “Nesses dois meses que fiquei sem emprego, aproveitei para terminar de construir minha casa. Mas foi bom (ter aparecido a vaga) porque é preciso sempre estar trabalhando, não dá para parar”, afirma.

Empregos formais
(dados por setor)

Julho/18

Extrativa mineral: 25

Indústria de transformação: - 621

Serviço industrial de utilidade pública: -151

Construção civil: 1.252

Comércio: 985

Serviços: 1.074

Administração pública: -27

Agropecuária: -52
TOTAL: 2.485
Acumulado do ano
Extrativa mineral: 8
Indústria de transformação: 8.451
Serviço industrial de utilidade pública: 239
Construção civil: 3.645
Comércio: -1.665
Serviços: 23.753
Administração pública: -211
Agropecuária: 381
TOTAL: 34.601

Paraná abre mercado de trabalho para imigrantes

A presença dos imigrantes no mercado formal de trabalho brasileiro aumentou no segundo trimestre deste ano. O saldo de vagas, que é a diferença entre as admissões e demissões, ficou em 2.406 nos meses de abril, maio e junho. Foi menor do que no trimestre anterior, quando tinham sido abertos 3.452 postos para trabalhadores não brasileiros, mas ainda foi positivo.

A região com maior número de vagas abertas a imigrantes no segundo trimestre deste ano é o Sul. Dos 2.406 novos postos formais, 1.170 surgiram nos três estados sulistas. Foram 584 no Paraná, 338 em Santa Catarina e 248 no Rio Grande do Sul.

O coordenador-geral de Imigração (CGIg) do Ministério do Trabalho, Hugo Gallo, lembra que esses números são reflexo da atual realidade migratória no Brasil. "Houve um momento em que o grande fluxo de entrada no país foi dos haitianos, logo após o terremoto que devastou o país. Agora, estamos vendo uma grande entrada dos venezuelanos. Isso promove reflexos no mercado de trabalho", explica.

Indústria

O saldo de empregos gerados na indústria de transformação no Brasil, nos últimos 12 meses, foi de 14.300 postos de trabalho. Este é o melhor resultado dos últimos três anos. O Paraná acompanhou a tendência nacional, com saldo positivo de mais de quatro mil vagas preenchidas.

É o quinto estado do país que mais contratou no período, representando 28% dos empregos totais no setor. Os dados foram divulgados no fim de agosto pelo Caged. Os números só não foram melhores por causa da paralisação dos caminhoneiros autônomos em maio.

Após decisão do Supremo, empresas confundem terceirizados com PJs

05/09/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Escritórios de advocacia recebem uma série de dúvidas sobre modalidade de contratação

A liberação pelo STF da terceirização de todas as atividades de uma empresa gerou uma onda de dúvidas entre empregadores, sobretudo em relação à chamada pejetização.

Desde a conclusão do julgamento, na quinta-feira (30), advogados ouvidos pela **Folha** relatam grande volume de interessados em saber sobre a possibilidade de demitir trabalhadores celetistas e contratá-los na sequência como PJs (pessoas jurídicas).

Os questionamentos partem, em geral, de empresas do setor industrial e de tecnologia, mas também da construção civil e do agronegócio.

“O julgamento do STF criou muitas dúvidas porque a indicação de que, agora, é possível terceirização irrestrita acabou ultrapassando, no entendimento dos clientes, os limites da própria decisão”, afirma André Ribeiro, sócio e coordenador da área trabalhista do Dias Carneiro Advogados.

O entendimento do STF regulamentou situações anteriores à lei de terceirização, aprovada em março do ano passado, e à reforma trabalhista, em vigor desde novembro.

Ambas ratificaram a terceirização da atividade-fim das empresas, até então vetada pela súmula 331 do TST (Tribunal Superior do Trabalho).

“Nosso esforço tem sido no sentido de explicar aos clientes que os limites da terceirização não tratam mais do tipo de atividade, mas da manutenção ou não da relação de emprego”, diz Ribeiro.

A demissão de funcionários para recontração como PJ —mantendo a subordinação do trabalhador à empresa, o que configura vínculo empregatício— continua ilegal e nem sequer foi objeto de julgamento do Supremo na semana passada.

“Existe uma confusão muito grande entre terceirizado e pessoa jurídica. Não é possível demitir todos os funcionários da companhia e contratá-los como PJ em seguida, em momento algum o julgamento do STF permitiu isso”, afirma Alan Balaban, sócio do Balaban Advogados.

Na terceirização, uma empresa é contratada por outra para cuidar de determinada tarefa.

Os funcionários terceirizados são pagos pela prestadora de serviços e se reportam a ela, mantendo direitos como FGTS e férias, o que não ocorre no modelo de pessoa jurídica.

“A terceirização é o tipo de contratação que passa por uma empresa terceira e é preciso respeitar esse processo”, explica Fábio Yamamoto, sócio da consultoria Tiex.

Companhias têm questionado advogados também sobre a possibilidade de terceirizar áreas inteiras, mantendo alguns de seus funcionários como empregados na futura prestadora de serviços.

Segundo Balaban, é possível substituir toda a mão de obra própria da empresa por terceirizada.

Se quiser realocar ex-funcionários na prestadora de serviços, no entanto, o tomador precisa respeitar uma carência de 18 meses desde a demissão dos contratados.

O desrespeito a esse prazo, diz Balaban, representa continuidade do contrato de trabalho e até fraude à legislação trabalhista.

“A lei é muito clara no sentido de que para voltar a trabalhar para a empresa por uma terceirizada é preciso esperar os 18 meses”, diz Antonio Carlos Frugis, sócio da área trabalhista do Demarest.

Outra dúvida frequente tem sido sobre a forma de os tomadores de serviço se relacionarem com os trabalhadores da terceirizada.

As recomendações dos especialistas partem desde a empresa não dar uma ordem direta ao terceirizado até a não fornecer identificação atrelada à instituição, como cartões de visita e email corporativo.

"Se estiver presente a subordinação, isto é, o terceirizado continua respondendo às ordens da tomadora, vai trabalhar todos os dias, usa recursos da empresa, o trabalhador pode procurar a Justiça e alegar vínculo. A terceirização não afeta a possibilidade de declaração de vínculo de emprego", diz Aldo Augusto Martinez, sócio trabalhista do Santos Neto Advogados.

"Não é possível manter todo o status quo e apenas mudar a forma jurídica de contratação", diz a advogada Mayra Palópoli, do Palópoli & Albrecht.

Embora o julgamento do STF diga respeito a processos anteriores a 2017, Domingos Fortunato, sócio do escritório Mattos Filho, destaca que a decisão é importante ao sinalizar que questionamentos similares sobre a constitucionalidade da terceirização de atividade-fim direcionados ao texto da reforma trabalhista terão desfecho semelhante —se chegarem a ser julgados.

"Se o precedente foi decidido como favorável à terceirização ampla na ausência de lei, imagine agora com um cenário com legislação positiva", diz.

CUIDADOS

Ricardo Pereira de Freitas Guimarães, doutor em direito do trabalho pela PUC-SP, ressalta que o empresário precisa ter cuidado ao escolher a prestadora de serviço, porque tem responsabilidade subsidiária e pode ter de arcar com encargos trabalhistas dos funcionários caso a terceirizada não os honre.

"Vale pesquisar bem a empresa e, às vezes, até pagar um pouco mais caro, contratar uma terceirizada mais sólida, para evitar cair em uma armadilha", afirma.

Para Caroline Marchi, sócia do Machado Meyer, a expectativa é que as empresas aguardem antes de fazer mudanças nos quadros de funcionários.

"Elas vão avaliar situações, processos e ações pretéritas para, se tiverem oportunidade no futuro, estarem mais livres para operar nesse sentido. Com menos amarras e restrições, os negócios devem girar mais", afirma.

Segundo Boriska Rocha, sócia do SV Law, o MPT (Ministério Público do Trabalho) e outros órgãos têm a visão de que a terceirização tende à precarização do trabalho. "Acreditamos que eles devem ficar em cima para fiscalizar as empresas que adotarem a prática. Por isso, recomendamos cautela", afirma.

A advogada Regina Nakamura Murta, sócia do Bueno, Mesquita e Advogados, afirma que, apesar de ser possível terceirizar todos os setores de uma empresa, é preciso que haja um estudo sobre as áreas em que vale ou não mudar a forma de contratação. Em atividades de gestão, por exemplo, ela chama atenção para uma chance maior de vazamento de informações, apesar da assinatura de termos de confidencialidade.

"É preciso pesar isso antes de terceirizar todas as áreas, porque, quanto mais você abre o leque para outras empresas, mais há chance de vazamento. É preciso fazer essa ressalva", afirma.

Maurício De Lion, sócio responsável pela área trabalhista do escritório Felsberg Advogados, afirma que outros setores em que a terceirização é temerária, por causa de informações confidenciais, são o departamento de recursos humanos e de suprimentos, em que há informações sobre o funcionamento da empresa, seja sobre funcionários contratados, seja de fornecedores.

"Para ter controle de informação, é preferível que a empresa lide com funcionários próprios e evite esse risco. Há muita informação que é confidencial e, com um trabalhador terceirizado, esse controle não é tão fácil."

De Lion chama atenção das empresas tomadoras de serviço quanto à relação com o trabalhador terceirizado.

Segundo ele, dar ordens ao terceirizado é um dos erros que podem gerar processos na Justiça.

"O ideal é que ambas as partes estabeleçam um porta-voz da tomadora e da prestadora de serviço para a relação diária. O terceirizado não é funcionário da empresa em que está."

Entenda os tipos de contrato e o que o STF decidiu

Terceirizado

Uma empresa contrata outra para cuidar de uma tarefa. O funcionário é pago pela prestadora de serviço e mantém direitos como FGTS e férias

Trabalhador temporário

Contratado por um tempo determinado, seja para suprir uma necessidade (como férias) ou aumento de demanda. O contrato é de até 180 dias, prorrogáveis por mais 90

Trabalhador autônomo

Contratado para prestar serviço por tempo determinado, sem carga horária obrigatória ou subordinação à chefia da empresa

Trabalhador PJ

Tipo de contratação em que o funcionário abre uma empresa de prestação de serviços. O modelo é considerado irregular se o PJ mantiver uma relação de subordinado à contratante, com horário de trabalho e exclusividade, por exemplo

O que mudou

Em 2017 foi aprovada lei que permitiu terceirizar atividades-fim -isto é, o serviço principal-- da empresa

O STF decidiu que esse entendimento vale para ações iniciadas antes dessa lei.

Pesquisa mostra que 97% das empresas que contratam freelas são MEIs e PMEs

05/09/2018 – Fonte: Bem Paraná (publicado em 04-09-2018)



O mercado atual de trabalho está mudando, conforme aponta o Relatório de Trabalho Independente e Empreendimento 2018 desenvolvido pela Workana, plataforma de trabalho freelance com atuação em toda a América Latina, em que afirma o crescimento da atividade freelance em 80% só em 2017. Com isso, as empresas têm aderido mais às práticas freelancers e passam a confiar mais em profissionais pontuais.

Atualmente, as empresas que mais contratam freelancers são das áreas de tecnologia, marketing e design. Segundo a pesquisa, 45% das 500 empresas entrevistadas afirmam que a busca se dá para realizar algumas tarefas específicas no trabalho; 23% para contar com alguém que ajude, já que o empreendedor trabalha sozinho; 5% para

complementar a equipe de trabalho, pois houve o crescimento na demanda e 27% ainda não tiveram a oportunidade de contratar.

Os microempreendedores e as pequenas e médias empresas já entraram na mudança de paradigma, isso exemplifica o número expressivo de empresas que admitem freelancers: 70% são MEIs, 27% PMEs e apenas 3% são de grande porte.

Dessas corporações que já contrataram, 72% pretendem contratar mais freelancers nos próximos meses. "A maioria dos freelancers está sempre disposta a trabalhar novamente com um mesmo cliente. Então se a parceria der certo e a empresa quiser contratá-lo mais uma vez, a probabilidade de isso acontecer e alcançar ótimos resultados é enorme", afirma Guillermo Bracciaforte, cofundador da Workana.

As empresas também afirmam que na modalidade freelance fica bem mais fácil encontrar a pessoa ideal que faça um trabalho mais específico, como alguém que seja expert em design ou um outro que saiba muito bem lidar com mídias sociais, por exemplo. Esse é um ponto importante para as empresas que precisam de mão de obra bem qualificada para se alavancar no mercado.

A pesquisa ainda revela as categorias mais contratadas: TI e Programação 30%; Design e Multimídia 28%; Tradução e Conteúdos 10%; Marketing e Vendas 33%; Suporte Administrativo 3%; Jurídico 2%; Finanças e Administração 5% e Engenharia e Manufatura 2%.

"Outra grande vantagem de se contratar um profissional freelancer é a autonomia que ele desenvolve para trabalhar em sua ideia. Além disso, com sua capacidade de visão e adaptação, fica ainda mais fácil que ele traga novas e boas sugestões para tornar os resultados finais da empresa ainda melhores.", finaliza Bracciaforte.

Receita declarará inaptos 219 mil de inscritos no CNPJ no Paraná por omissão de declaração

05/09/2018 – Fonte: Bem Paraná (publicado em 04-09-2018)



A Receita Federal está intensificando as ações para declarar a inaptidão de inscrições no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) de contribuintes que estejam omissos na entrega de escriturações e de declarações nos últimos 5 anos, em especial das Declarações de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF).

O Ato Declaratório Executivo (ADE) de inaptidão passará a ser publicado no sítio da Receita Federal na internet pela Delegacia da Receita Federal do domicílio tributário do contribuinte. Estima-se que até 3,4 milhões inscrições no CNPJ sejam declaradas inaptas até maio de 2019 em todo o País. No Paraná, são 219.495 inscrições de CNPJ nesta situação.

Para evitar a declaração de inaptidão de sua inscrição, o contribuinte deve sanear as omissões das escriturações e declarações dos últimos 5 anos.

De acordo com a Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 2016, a inaptidão do CNPJ produz diversos efeitos negativos para o contribuinte, como: o impedimento de

participar de novas inscrições (art. 22), a possibilidade de baixa de ofício da inscrição (art. 29), a invalidade da utilização da inscrição para fins cadastrais (art. 45), a nulidade de documentos fiscais (art. 47) e a responsabilização dos sócios pelos débitos em cobrança (art. 48).

Como identificar as omissões:

O contribuinte pode consultar a existência de omissões na entrega de declarações no Centro Virtual de Atendimento (e-CAC) no serviço "Certidões e Situação Fiscal", nos itens "Consulta Pendências – Situação Fiscal", com relação às obrigações acessórias não previdenciárias, ou a "Consulta Pendências – Situação Fiscal – Relatório Complementar" com relação às obrigações acessórias previdenciárias.

Regularização das omissões:

Para evitar a declaração de inaptidão de sua inscrição, o contribuinte deverá entregar todas as escriturações fiscais e as declarações omitidas relativas aos últimos 5 anos. Se o contribuinte deixar omissões não regularizadas e que não configurem situação de inaptidão, estará sujeito à intimação e ao agravamento das multas por atraso na entrega. É importante lembrar que os custos da regularização após a intimação serão maiores.

MDIC abrirá escritório em todas as regiões do País

05/09/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 04-09-2018)

O Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços vai abrir escritórios em todas as regiões do País para descentralizar a ação da pasta. Nesta terça-feira, 4, o ministro Marcos Jorge e o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI) assinaram um acordo para viabilizar a abertura dos escritórios, que serão montados em salas cedidas pela entidade.

A ideia é abrir pelo menos um escritório por região, em capitais, onde serão oferecidos programas federais voltados às empresas, como o Brasil Mais Produtivo e o Portal do Empreendedor e programas de fomento a startups, além de permitir um diagnóstico mais preciso das necessidades locais. "Esperamos como resultado a melhoria da competitividade, da produtividade, da inovação e do volume de negócios", afirmou o ministro Jorge.

De acordo com o ministério, a atuação descentralizada segue recomendação da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para reduzir as desigualdades regionais. "Os escritórios vão aproximar o ministério das diferentes realidades regionais da indústria, tornando o atendimento às empresas mais rápido e eficaz", afirma o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade.

PL das distribuidoras é aprovado em comissões do Senado

05/09/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 04-09-2018)

O projeto de lei que trata dos sistemas isolados de energia e que dá base para a privatização da Amazonas Energia foi aprovado nesta terça-feira, 4, nas comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Infraestrutura (CI) do Senado. A matéria, porém, só deverá ser votada em plenário no dia 9 de outubro, segundo informou o vice-líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE). A decisão já foi comunicada ao Executivo.

Assim, o leilão da distribuidora, marcado para o dia 26 de setembro, será adiado por 30 dias.

Na CAE, o texto foi aprovado sem emendas. Na CI, onde a matéria foi relatada pelo senador Eduardo Braga (MDB-AM), o projeto recebeu diversas alterações que, entre

outras coisas, retiraram temporariamente a Amazonas Energia do programa de privatização e criaram um fundo para indenizar funcionários das distribuidoras estaduais que já foram privatizadas, caso sejam demitidos no prazo de 24 meses. O custo desse programa, de R\$ 290 milhões, será bancado com recursos que a União receber a título de outorga pela venda das companhias.

Segundo Braga, a Amazonas Energia não será privatizada enquanto não forem resolvidos problemas como a dívida de R\$ 20 bilhões acumulada pela companhia, que segundo informou foi fruto de decisões regulatórias e da interligação dos municípios amazonenses ao sistema nacional. Até lá, a Amazonas Energia ficaria como prestadora de serviço de uma empresa estatal.

O governo votou contra essas alterações na Comissão. Um novo embate deverá ocorrer quando a matéria for discutida no plenário do Senado, após as eleições.

Foi justamente para ter a possibilidade de discutir esses pontos em plenário, na forma de destaques para votação em separado, que Braga fez questão de votar a matéria na segunda-feira na Comissão. Por questões regimentais, se o texto não fosse votado até o dia 9 de setembro, essa discussão não seria possível.

Por causa desse detalhe, foi preciso refazer, no início da tarde, um acordo que havia sido fechado pela manhã, pelo qual o texto não seria votado nas comissões antes das eleições.

Instabilidade avança sobre emergentes retraindo as Bolsas e elevando o dólar

05/09/2018 – Fonte: Bem Paraná (publicado em 04-09-2018)

As principais moedas emergentes registraram nova rodada de desvalorização ante o dólar nesta terça-feira (4), reflexo de notícias que apontam para uma recuperação americana mais consistente e o acirramento de fragilidades econômicas domésticas nesses países.

A África do Sul se somou ao grupo de emergentes em crise ao anunciar que está em recessão pela primeira vez desde 2009. Está ao lado da Argentina, que negocia com o FMI (Fundo Monetário Internacional) refinanciamento de dívida após forte desvalorização do peso, e da Turquia, que também sofre com a perda de valor da lira. De uma cesta de 24 dividas emergentes, o dólar se valorizou sobre 22 nesta terça. Ante o real, a alta foi modesta, de 0,07%, a R\$ 4,1550.

A subida do dólar foi puxada pela divulgação de dados melhores que o esperado para a produção industrial americana, que levaram a uma alta nas taxas de juros do país negociadas no mercado financeiro, diz André Perfeito, da Spinelli Corretora. O contrato com vencimento em 2 anos avançou 1%.

As principais bolsas do mundo, incluindo as dos Estados Unidos, recuaram ao longo do dia. O destaque entre os países desenvolvidos foi a Bolsa de Frankfurt, na Alemanha, teve retração de 1,1%.

A Bolsa brasileira registrou retração de quase 2%, fechando em 74.711 pontos.

Investidores locais adotavam postura defensiva à espera da divulgação da primeira pesquisa após o início do horário eleitoral gratuito. Os dados seriam divulgados pelo Ibope após o fechamento do mercado.

O Fed (Federal Reserve) vem sinalizando que poderá subir a taxa de juros, atualmente entre 1,75% e 2%, mais duas vezes ainda neste ano. A decisão do banco central americano se baseia nos sinais de recuperação da economia americana.

A alta faz com que investidores prefiram sair de aplicações consideradas mais arriscadas, em países emergentes, em troca da dívida americana, vista como mais segura.

Além do componente doméstico, o temor de uma guerra comercial entre Estados Unidos e China, fruto da política comercial do governo do presidente americano, Donald Trump, segue no radar e diminui a disposição de investidores a correr riscos nas economias emergentes.

Artigo : "A conta sempre esbarra nos impostos

05/09/2018 – Fonte: Gazeta do Povo (publicado de 04-09-2018)

Mesmo com alguns incentivos e programas, o Brasil não tem uma política mais direcionada ao pequeno empresário

O veto do presidente Michel Temer ao projeto de lei que permitia a readmissão das empresas que foram excluídas do Simples Nacional no início do ano abre um debate sobre qual política de incentivo ao microempresário o Brasil deve seguir nos próximos anos. Aqui vale uma ressalva de que não se defende, nem se espera, que empresas sonegadas fiscais obtenham benefícios.

A análise é direcionada a aquelas microempresas que arduamente tentam pagar impostos e acabam inadimplindo, mas que têm tratamento diferenciado garantido pela própria ordem constitucional, como prevê o artigo 146.

O Brasil é o país em que as pequenas empresas mais pagam impostos, segundo estudo realizado pela multinacional Sage, em comparação com outros dez países analisados na pesquisa. Apesar de o estudo ser recente, o resultado não é novidade. O sistema de tributos brasileiro onera mais os contribuintes com menor capacidade contributiva, independentemente de serem pessoas jurídicas ou físicas.

As pequenas empresas são grandes geradoras de renda e empregos, e sua função social vai muito além disso, pois fomentam avanços em setores muitas vezes pouco explorados. Por isso, todo e qualquer esforço para manter essas empresas ativas deveria ser prioridade para o governo, ainda mais com a expansão do número de empreendedores.

Combater o planejamento tributário é uma prática centralizadora que não contribui em nada

O problema para as empresas de pequeno porte envolve, além do pagamento de tributos, a decisão de investir em recursos humanos ou consultorias para analisar o regime de tributação mais adequado a sua atividade.

O Simples acaba sendo o mais atrativo, pois unifica todos os impostos em apenas uma guia, mas nem sempre é o ideal. Além disso, existem limitações e restrições ao seu ingresso, o que dificulta demasiadamente a vida do pequeno empresário brasileiro. Muitos, inclusive, optam pela informalidade, diante da incapacidade de compreensão do sistema tributário.

Mesmo para os pequenos empresários, a realização de um planejamento tributário, quando bem elaborado e administrado, pode auxiliar na modificação da gestão dos tributos, orientando a microempresa e reduzindo seus impactos de maneira legal. Esse é um trabalho preventivo que dá suporte ao empresário e ajuda a evitar erros fiscais que podem motivar autuações e fiscalização.

Apesar de ainda ser incomum o planejamento tributário entre as pequenas empresas, pois demanda recursos, a sua efetiva aplicação possibilita que as empresas se

mantenham ativas no negócio. O planejamento está diretamente relacionado à possível margem de lucro, já que permite a anulação, redução ou otimização do pagamento de impostos.

Vale, contudo, ressaltar que a prática é alvo de muitas ações dos órgãos fiscalizadores, mesmo quando realizada nos estritos limites legais. A Receita Federal, por exemplo, há alguns anos vem intensificando a fiscalização nesse sentido e autuando contribuintes, mesmo em operações lícitas, o que onera ainda mais o empresariado que precisar recorrer judicialmente.

Toda organização realizada com o objetivo de reduzir custos e aumentar lucros é positiva para a sustentabilidade dos negócios. Combater o planejamento tributário é uma prática centralizadora que não contribui em nada para o avanço social e econômico.

Não se pode esquecer que, hoje, um dos custos mais pesados para a sociedade empresarial é o tributário, chegando a até 30% do faturamento em alguns setores. Avalie esse cenário para uma empresa que acabou de se formalizar e precisa investir para crescer. Não é difícil entender o motivo de muitos pequenos negócios estarem inadimplentes e com dificuldades, ou, ainda, atuarem na informalidade.

Mesmo com alguns incentivos e programas, o Brasil não tem uma política mais direcionada ao pequeno empresário. O país precisa fomentar mais negócios e isso só será possível quando o governo parar de direcionar ações apenas para arrecadação e começar a investir de fato no pequeno empresário.

Ser empresário no Brasil é tarefa árdua. Esperemos que o voto consciente na eleição que ora se aproxima gere uma administração pública com foco no pequeno empresário, entendendo suas dificuldades e criando um sistema realmente simples e que lhe permita trabalhar, auferir lucro e pagar tributos em valores razoáveis.

Cezar Augusto C. Machado - é advogado com atuação em Direito Tributário."

Carga importada por via aérea sobe mesmo com dólar em alta

05/09/2018 - Fonte: Folha de S. Paulo

Os aeroportos brasileiros receberam 250,74 mil toneladas no acumulado do ano até julho

O total de cargas internacionais recebidas pelo Brasil por via aérea cresceu 14,6% no acumulado de 2018 até julho, segundo a Anac (agência reguladora da aviação civil).



Aviões no Aeroporto Internacional de Guarulhos. - Eduardo Anizelli - 3.jul.15/Folhapress

"A retomada de indústrias como a automotiva influenciou o dado. Na crise, as empresas que importavam bens de alto valor usaram mais transporte marítimo", diz Maria Fan, gerente do terminal de cargas do aeroporto de Guarulhos.

Mesmo com a alta do dólar, Guarulhos bateu em agosto seu recorde de cargas importadas (14,17 mil toneladas). O crescimento é de 12% no ano.

O terminal também registrou subida na chegada de produtos farmacêuticos. "O setor tem pouca sazonalidade e é resiliente. A importação de produtos de alto valor cresce mais."

O Galeão, no Rio, recebeu nos sete primeiros meses deste ano 21,6 mil toneladas, número 24,6% maior que o do mesmo período de 2017. O valor das cargas foi de US\$ 4 milhões no período, alta de 34,2%.

Consumidores pagarão R\$ 1,937 bi a mais na conta de luz para cobrir subsídios

05/09/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 04-09-2018)

Os consumidores de energia elétrica terão que pagar mais para cobrir o custo dos subsídios do setor. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou nesta terça-feira, 4, a revisão do orçamento da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), taxa embutida na conta de luz que banca programas sociais, descontos tarifários e empréstimos subsidiados para o setor. Para que seja possível conceder esses benefícios, todos os consumidores precisam pagar contas mais altas.

A proposta da Aneel, apresentada no dia 7 de agosto, previa que seria necessário aumentar a arrecadação em R\$ 1,446 bilhão. Porém, após a audiência pública, o órgão regulador decidiu elevar o valor necessário para bancar as despesas da CDE em R\$ 1,937 bilhão. Segundo o relator, diretor Rodrigo Limp, os gastos do fundo setorial serão mais altos do que o previsto, enquanto as receitas serão mais baixas do que o projetado.

A CDE é um fundo setorial que concede benefícios a diversos grupos de interesse, como a tarifa social da baixa renda e o programa Luz para Todos, descontos para diversos grupos, como agricultores e irrigantes, subsídios para energias renováveis e para a compra de carvão, empréstimos subsidiados para as distribuidoras da Eletrobras, compra de combustível para usinas termelétricas em regiões isoladas, entre outros.

O orçamento do fundo neste ano era de R\$ 18,843 bilhões, dos quais R\$ 16,019 bilhões seriam pagos pelos consumidores e o restante por receitas próprias. Porém, com a queda das receitas e aumento dos gastos, o orçamento teve que ser elevado para R\$ 20,053 bilhões. "Esse é o custo da política pública", disse o diretor-geral da Aneel, André Pepitone.

Os principais itens que levaram ao aumento do custo foram os gastos com compra de carvão mineral, elevados de R\$ 752 milhões para R\$ 850 milhões; o combustível usado para abastecer termelétricas de regiões isoladas no Norte do País, de R\$ 5,346 bilhões para R\$ 5,849 bilhões; os subsídios para grupos de interesse, que subiram de R\$ 6,944 bilhões para R\$ 8,362 bilhões; a subvenção para cooperativas, de R\$ 155 milhões para R\$ 179 milhões.

Foram cortadas as despesas com o programa Luz para Todos, de R\$ 1,172 bilhão para R\$ 941 milhões; os descontos tarifários na transmissão, de R\$ 503 milhões para R\$ 362 milhões; e a reserva técnica, de R\$ 460 milhões, que foi utilizada. Ficaram inalteradas as despesas com itens como restos a pagar, tarifa social da baixa renda e a remuneração do administrador do fundo.

O aumento do gasto será repassado aos consumidores na data do reajuste tarifário de cada distribuidora, mas já vem sendo aplicado desde o início de agosto. Para as empresas que já tiveram reajuste tarifário neste ano, o valor só será repassado em 2019.

O pedido de revisão do orçamento da CDE foi solicitado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), que administra o fundo setorial e informou a existência do déficit à Aneel.

A analista técnica da diretoria de Energia da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia (Abrace), Natália Moura de Oliveira, lamentou o aumento do orçamento da CDE e o repasse do custo aos clientes. "Aumentar o custo do subsídio é aumentar a ineficiência do setor", afirmou.

Total de famílias endividadas sobe em agosto e chega a 60,7%

05/09/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Em relação ao mesmo mês de 2017, porém, houve queda de 0,5 ponto percentual

A proporção de famílias brasileiras com dívidas subiu pelo segundo mês consecutivo em agosto, e chegou a 60,7%, segundo a CNC (confederação do comércio).

Na comparação com o mesmo período de 2017, porém, houve queda de 0,5 ponto percentual no indicador.



Cartões de crédito - Shutterstock

"É um crescimento pequeno, de 1,1 ponto, mas é positivo porque mostra uma disposição maior em adquirir crédito, o que movimentava setores como o varejista de bens duráveis", diz Marianne Hanson, economista da entidade.

A tendência deve se manter para os próximos meses, mas o quadro eleitoral indefinido pode afetar negativamente o dado.

"O segundo semestre sempre é mais forte por conta das datas comemorativas e da geração de vagas temporárias, mas o movimento deverá ser moderado por conta do baixo crescimento econômico."

Salários de admissão de profissionais de 30 a 49 anos são os únicos que crescem

05/09/2018 – Fonte: Folha de S. Paulo

Desemprego elevado é principal razão para que maioria das remunerações ofertadas tenha caído

O salário de admissão da maior parte dos profissionais com carteira assinada caiu no primeiro semestre deste ano, na comparação com o mesmo período de 2017. Os dados são do Ministério do Trabalho.

As remunerações profissionais de duas faixas etárias, de 30 a 39 anos e de 40 a 49, tiveram crescimento acima da taxa do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo). Todas as demais apresentaram quedas.

É natural que os trabalhadores dessas idades ganhem os melhores salários de contratação, segundo Clemente Ganz Lucio, diretor do Dieese (departamento de estudos intersindicais).

“Nessa faixa, eles têm maior produtividade, pois são experientes e têm vigor. A tendência é que sejam os primeiros a ganhar aumento real. Exceto quando se trata de trabalho intelectual, que é minoria.”

O motivo de a maioria dos salários de admissão ter caído neste ano é a persistência do desemprego em um patamar elevado, segundo Bruno Ottoni, pesquisador do Ibre/FGV e do Idados.

“É uma questão de oferta e demanda. Há muita gente em busca de uma vaga e isso pressiona os salários para baixo.”

O fato de alguns dos piores resultados terem ocorrido entre os mais velhos sinaliza que profissionais dessas idades buscam emprego mais ativamente.

Os números não devem melhorar, segundo Hélio Zylberstajn, professor da USP.

Foram criadas 440 mil vagas entre janeiro e julho. No mês de dezembro, no entanto, o país costuma fechar cerca de 500 mil vagas, e o saldo positivo poderá ser perdido.

“A adição de emprego que acontecer entre agosto e novembro representará todo o resultado do ano. Como o mercado formal crescerá pouco o salário não deverá subir.”

Gasolina acumula alta de 45,7% nas refinarias desde fevereiro

05/09/2018 – Fonte: Tribuna PR

O preço do litro da gasolina nas refinarias subiu na terça-feira, 4, para R\$ 2,20, com o reajuste de 1,68% anunciado pela Petrobrás. Em quase seis meses, desde 19 de fevereiro quando a estatal passou a divulgar o preço médio diariamente em seu site, o valor do combustível nas refinarias acumula alta de 45,7%.

Para o consumidor, o reajuste foi menor por causa da concorrência entre postos que enfrentam dificuldades para repassar aumentos por causa da atividade fraca, disse o presidente do Sincopetro no Estado de São Paulo, José Alberto Paiva Gouveia. Em julho e agosto, as vendas caíram 20% e 12%, respectivamente no Estado de São Paulo em comparação com o mesmo mês do ano passado.

Pesquisa da Agência Nacional de Petróleo (ANP) aponta que, entre fevereiro e agosto, o preço médio da gasolina subiu quase 7% nos postos do País. Apesar da alta no varejo ser menor do que nas refinarias, ela foi suficiente para provocar estragos na inflação.

Com o reajuste que começou a valer na terça, economistas ampliaram em até 0,10 ponto porcentual a expectativa de inflação oficial, medida pelo IPCA, para setembro.

“O novo reajuste da gasolina vai pressionar a inflação de setembro”, disse o economista da Rosenberg Associados, Leonardo França Costa. Ele, que esperava alta de 0,22% do IPCA de setembro, agora projeta 0,30%.

Fabio Romão, economista da LCA Consultores, também reviu a projeção do IPCA de setembro e outubro por causa da alta da gasolina. O IPCA de setembro, que deveria ter avanço de 0,35%, deve subir para 0,41%.

O de outubro, inicialmente projetado com alta de 0,32%, deve ficar em 0,35%. Mas ele não mudou a projeção para o ano de 4,20%. “O câmbio deve ficar pressionado até outubro.” E boa parte do reajuste da gasolina se deve à disparada do dólar

Essa também é a avaliação do economista Fabio Silveira, sócio da MacroSector. Ele projetava aumento de 0,30% para o IPCA de setembro e de outubro. Agora, com a alta da gasolina na refinaria, espera um avanço de 0,40% para a inflação de setembro e de 0,35% para outubro.

Maia: governo tenta acordos para destravar pauta e votar MP do subsídio ao diesel

05/09/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 04-09-2018)

O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse que o governo está tentando firmar acordos com a oposição para destravar a pauta e conseguir votar a Medida Provisória (MP) que instituiu o subsídio ao preço do diesel antes que ela deixe de valer. A Casa precisa destravar a pauta votando a matéria sobre o Fundo Soberano, entre outros projetos.

Nas últimas sessões, a presença de parlamentares foi baixa, o que dificultou as discussões. “Quórum vai ter, o problema é quanto tempo se sustenta”, afirmou Maia ao chegar ao Congresso no período da manhã.

A MP precisa ser aprovada até 10 de outubro ou não haverá base legal para continuar bancando o benefício, um dos principais pontos negociados com os caminhoneiros para pôr fim à greve deflagrada em maio.

Maia participa neste momento de uma reunião com o reitor da UFRJ, Roberto Leher, sobre o incêndio no Museu Nacional. Ele foi acusado por opositores de oportunismo ao agendar o encontro. “Esse é uma reunião com toda a bancada do Rio de Janeiro”, enfatizou.

O presidente da Câmara disse que há a possibilidade do governo editar ainda nesta terça-feira uma medida provisória sobre o Museu.

Plenário da Câmara aprova MP que concede subsídio ao preço do diesel

05/09/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 04-09-2018)

O plenário da Câmara dos Deputados aprovou nesta terça-feira, 4, em votação simbólica, a Medida Provisória (MP) 838, que garante o subsídio para o preço do diesel. A medida foi editada pelo governo durante a greve dos caminhoneiros no fim de maio, como um dos pontos do acordo para o fim da paralisação do setor de transporte de cargas.

A MP 838 reduz em R\$ 0,30 o preço do diesel nas bombas dos postos, a um custo de R\$ 9,5 bilhões ao Tesouro Nacional até o fim deste ano. Havia uma preocupação do governo sobre o prazo para a votação da MP, que precisa ser aprovada pela Câmara e pelo Senado até o dia 10 de outubro. Caso contrário, a medida perderá a validade.

Após uma manhã sem votações no plenário por falta de quórum, a sessão foi retomada depois que presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), conseguiu firmar acordos para garantir a aprovação da MP do Diesel. A Casa precisou destravar a pauta votando a MP 830 – sobre a extinção do Fundo Soberano -, que acabou sendo arquivada.

Há acordo também para a votação ainda nesta terça da MP 842, que trata de renegociação de dívidas de agricultores familiares.

Eunício diz que vai tentar votar MP do diesel nesta quarta-feira

05/09/2018 – Fonte: Tribuna PR (publicado em 04-09-2018)

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, disse nesta terça-feira, 4, que “vai trabalhar” para votar nesta quarta-feira, 5, a Medida Provisória (MP) 838, que garante o subsídio para o preço do diesel. A medida foi editada pelo governo durante a greve dos caminhoneiros, no fim de maio, como um dos pontos do acordo para o fim da paralisação do setor de transporte de cargas.

Eunício avisou que, por se tratar de um esforço concentrado, a matéria não vai precisar cumprir o ritual tradicional de tramitação e deve ser puxada para votação em Plenário já nesta quarta. “Nós temos uma condição de esforço concentrado.

Então, como estamos nessa condição, vou quebrar o interregno de prazo porque não vamos estar aqui no dia a dia. Se (a MP do óleo diesel) for votada na Câmara, vamos votar aqui”, disse antes de ser informado que o texto já foi aprovado pelos deputados. “Vou trabalhar para votar amanhã então”, complementou.

A MP 838 subsidia em R\$ 0,30 o preço do diesel, a um custo de R\$ 9,5 bilhões ao Tesouro Nacional até o fim deste ano. Havia uma preocupação do governo sobre o prazo para a votação da MP, que precisa ser aprovada pela Câmara e pelo Senado até o dia 10 de outubro. Caso contrário, a medida perderá a validade.

Eunício também descartou a possibilidade de o Senado aprovar ainda em setembro o PLC 77/2018, que destrava o processo de privatização das distribuidoras da Eletrobras. “Não é hora de votar questão de distribuidoras, é complicado votar com o quórum baixo”, disse Eunício.

Com isso, a matéria só deverá ser votada em plenário no dia 9 de outubro, após o primeiro turno das eleições, segundo informou o vice-líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE). Isso porque, segundo Eunício, os trabalhos no Senado vão voltar ao normal a partir de 8 de outubro.

Ele disse, inclusive, que já marcou uma sessão do Congresso para o dia 10 de outubro, quando pretende colocar em votação o veto do reajuste dos profissionais dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias. “Combinei com os agentes comunitários para votar (o veto) no dia 10 de outubro”.

Governo eleva preço do frete em 5%, em média, após alta do diesel

05/09/2018 – Fonte: G1

Novas tabelas foram publicadas nesta quarta-feira (5) no 'Diário Oficial da União'. Preço

O governo publicou no "Diário Oficial da União" desta quarta-feira (5) os novos preços para o frete de cargas. O impacto médio foi de 5%, dependendo do tipo de carga.

De acordo com a nova tabela, o preço mínimo do frete para carga geral subiu de R\$ 2,10 para R\$ 2,16 até 100 km, considerando um caminhão com três eixos. (*confira as novas tabelas ao final da reportagem*)

A tabela será reajustada sempre que preço do óleo diesel tenha oscilação superior a 10%, de acordo com a lei 13.703 deste ano, que instituiu a política nacional de pisos mínimos para o transporte rodoviário de cargas.

A decisão foi tomada após uma reunião no Palácio do Planalto entre integrantes do governo e da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

"A tabela de fretes está sendo reajustada, conforme a lei, uma vez que houve variação de 13% no preço do diesel na refinaria, o que resultará no aumento médio de 3% na tabela atual", afirmou na noite de terça (4) o ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha.

A mudança nos valores já havia sido anunciada no fim de semana pela assessoria da ANTT, mas ainda não tinha data. Isso porque, na última sexta (31), a Petrobras informou que reajustará em 13% o preço do litro do óleo diesel nas refinarias.

Além de reajustar a tabela, o governo também decidiu intensificar a partir desta semana a fiscalização dos preços do frete, outra reivindicação das entidades representativas dos caminhoneiros.

Em razão do reajuste no preço do diesel, passou a circular nas redes sociais uma imagem em que uma associação convocava caminhoneiros a fazer uma nova paralisação. Mas, no domingo (2), as principais entidades que representam a categoria disseram ao G1 não apoiar uma eventual nova greve, acrescentando que desconhecem a associação que aparece nas imagens.

Na segunda (3), o Ministério da Segurança Pública informou que a Polícia Federal (PF) investigará a origem das mensagens. Segundo a pasta, os autores poderão responder por crimes contra a economia popular e contra o consumidor.

Tabela de fretes

A tabela de fretes foi instituída por uma medida provisória (MP) editada pelo presidente Michel Temer numa tentativa de por fim à greve dos caminhoneiros. Pelo texto da MP, caberá à ANTT definir os preços.

Em 30 de maio, a agência publicou a primeira tabela, que gerou críticas de transportadoras e até do ministro da Agricultura, Blairo Maggi. Ele argumentou, na ocasião, que os preços haviam dobrado.

Com a polêmica, a ANTT editou uma nova tabela, mas os preços foram criticados pelos caminhoneiros, o que fez a agência voltar a praticar os valores da primeira tabela.

Valores

Veja abaixo a tabela da ANTT, por cargas:

De KM	Até KM	Custo por Km/Eixo
1	100	2,16
101	200	1,33
201	300	1,17
301	400	1,10
401	500	1,06
501	600	1,03
601	700	1,01
701	800	1,00
801	900	0,99
901	1.000	0,98
1.001	1.100	0,98
1.101	1.200	0,97
1.201	1.300	0,97
1.301	1.400	0,96
1.401	1.500	0,96
1.501	1.600	0,96
1.601	1.700	0,96
1.701	1.800	0,95
1.801	1.900	0,95
1.901	2.000	0,95
2.001	2.100	0,95
2.101	2.200	0,95
2.201	2.300	0,95
2.301	2.400	0,94
2.401	2.500	0,94
2.501	2.600	0,94
2.601	2.700	0,94
2.701	2.800	0,94
2.801	2.900	0,94
2.901	3.000	0,94

Obs: Veículo utilizado como base para o cálculo com 3 (três) eixos.

De KM	Até KM	Custo por Km/Eixo
1	100	2,10
101	200	1,31
201	300	1,15
301	400	1,08
401	500	1,04
501	600	1,02
601	700	1,00
701	800	0,99
801	900	0,98
901	1.000	0,98
1.001	1.100	0,97
1.101	1.200	0,96
1.201	1.300	0,96
1.301	1.400	0,96
1.401	1.500	0,95
1.501	1.600	0,95
1.601	1.700	0,95
1.701	1.800	0,95
1.801	1.900	0,94
1.901	2.000	0,94
2.001	2.100	0,94
2.101	2.200	0,94
2.201	2.300	0,94
2.301	2.400	0,94
2.401	2.500	0,94
2.501	2.600	0,94
2.601	2.700	0,93
2.701	2.800	0,93
2.801	2.900	0,93
2.901	3.000	0,93

Obs: Veículo utilizado como base para o cálculo com 5 (cinco) eixos.

Tabela de Preços Mínimos por KM e por Eixo - Carga Neogranel		
De KM	Até KM	Custo por Km/Eixo
1	100	1,91
101	200	1,19
201	300	1,04
301	400	0,98
401	500	0,94
501	600	0,92
601	700	0,90
701	800	0,89
801	900	0,88
901	1.000	0,88
1.001	1.100	0,87
1.101	1.200	0,87
1.201	1.300	0,86
1.301	1.400	0,86
1.401	1.500	0,86
1.501	1.600	0,85
1.601	1.700	0,85
1.701	1.800	0,85
1.801	1.900	0,85
1.901	2.000	0,85
2.001	2.100	0,85
2.101	2.200	0,84
2.201	2.300	0,84
2.301	2.400	0,84
2.401	2.500	0,84
2.501	2.600	0,84
2.601	2.700	0,84
2.701	2.800	0,84
2.801	2.900	0,84
2.901	3.000	0,84

Obs: Veículo utilizado como base para o cálculo com 5 (cinco) eixos.

Tabela de Preços Mínimos por KM e por Eixo - Carga Frigorificada		
De KM	Até KM	Custo por Km/Eixo
1	100	1,90
101	200	0,93
201	300	0,82
301	400	0,77
401	500	0,74
501	600	0,73
601	700	0,71
701	800	0,71
801	900	0,70
901	1.000	0,69
1.001	1.100	0,69
1.101	1.200	0,69
1.201	1.300	0,68
1.301	1.400	0,68
1.401	1.500	0,68
1.501	1.600	0,68
1.601	1.700	0,67
1.701	1.800	0,67
1.801	1.900	0,67
1.901	2.000	0,67
2.001	2.100	0,67
2.101	2.200	0,67
2.201	2.300	0,67
2.301	2.400	0,67
2.401	2.500	0,67
2.501	2.600	0,66
2.601	2.700	0,66
2.701	2.800	0,66
2.801	2.900	0,66
2.901	3.000	0,66

Obs: Veículo utilizado como base para o cálculo com 6 (seis) eixos.

Tabela de Preços Mínimos por KM e por Eixo - Carga Perigosa		
De KM	Até KM	Custo por Km/Eixo
1	100	1,66
101	200	0,94
201	300	0,80
301	400	0,73
401	500	0,70
501	600	0,68
601	700	0,66
701	800	0,65
801	900	0,64
901	1.000	0,63
1.001	1.100	0,63
1.101	1.200	0,62
1.201	1.300	0,62
1.301	1.400	0,62
1.401	1.500	0,61
1.501	1.600	0,61
1.601	1.700	0,61
1.701	1.800	0,61
1.801	1.900	0,61
1.901	2.000	0,60
2.001	2.100	0,60
2.101	2.200	0,60
2.201	2.300	0,60
2.301	2.400	0,60
2.401	2.500	0,60
2.501	2.600	0,60
2.601	2.700	0,60
2.701	2.800	0,60
2.801	2.900	0,60
2.901	3.000	0,60

Obs: Veículo utilizado como base para o cálculo com 6 (seis) eixos.

Venda de usados para de crescer em 2018

05/09/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 04-09-2018)



Volume negociado até agosto é o mesmo da comparação interanual

A venda de veículos usados parou de crescer como consequência do aquecimento no mercado de novos (que no acumulado do ano registra alta de 14,9%, veja aqui). De janeiro a agosto os veículos de segunda mão totalizaram 7,3 milhões de unidades negociadas, na soma de automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus. É o mesmo volume anotado em iguais meses de 2017. Os números foram divulgados pela Fenabrave, federação que reúne as associações de concessionários.

Até o ano passado a negociação de usados vinha aquecida. O ano de 2017 fechou com alta de 7,1% sobre 2016, mas as transações pararam de crescer este ano, revelando estabilidade desde antes do fechamento do primeiro semestre.

A análise por segmento mostra 6,1 milhões de automóveis usados negociados de janeiro a agosto (ligeira queda de 0,15% ante iguais meses de 2017). Os comerciais leves de segunda mão somaram no período 960,6 mil unidades (discreta alta de 0,5%). Os caminhões usados somaram 235,2 mil unidades nos oito meses e cresceram 3,2%. Os ônibus de segunda mão anotaram 31,4 mil unidades e queda de 5,4%.

O segmento de motos usadas também parou de crescer. De janeiro a agosto de 2018, 1,9 milhão de motocicletas de segunda mão trocaram de dono. A comparação com iguais meses de 2017 revela na verdade uma ligeira queda, de menos de 0,3%. Assim como ocorreu para os automóveis, o mercado de motos usadas perdeu força este ano como consequência da alta na venda de novas.

DESEMPENHO MENSAL

Com um dia útil a mais que julho, agosto registrou 15,1% de alta com a venda de 1,1 milhão de veículos usados. De acordo com a Fenabrave, os automóveis e comerciais leves com um a três anos representaram 13,1% do total negociado.

Segundo o presidente da Fenabrave, Alarico Assumpção Júnior, o mercado de usados,

assim como o de novos, teve influência positiva da estabilidade dos índices de confiança e da inadimplência.

"Esse mercado pegou carona no crescimento de veículos novos, visto que os índices de proporcionalidade do mês anterior foram mantidos, ou seja, 4,3 automóveis e comerciais leves usados para cada novo emplacado", ressalta Assumpção Júnior.

Decreto que regulamenta Rota 2030 pode sair nos próximos dias

05/09/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 04-09-2018)

Importadores de veículos repassam informações recebidas do governo sobre os trâmites atuais referentes à nova política industrial

O esperado **decreto** de regulamentação da Medida Provisória nº 843/2018, assinada no início de julho passado para criar o programa **Rota 2030**, poderá ser publicado nos próximos dias, mais especificamente no próximo dia 15 de setembro.

A informação é do vice-presidente da Abeifa, Paulo Ferreira, que obteve atualizações dos ministérios da Indústria (MDIC) e da Fazenda referentes aos trâmites da nova política industrial para o setor automotivo. O executivo se reuniu com jornalistas na terça-feira, 4, em São Paulo, para apresentar o balanço do setor de veículos importados e também falou das notícias vindas de Brasília.

Segundo Ferreira, após análise do Ministério da Fazenda, o decreto que regulamenta a MP do Rota 2030 foi devolvido ao MDIC para o que ele chamou de "correções". Na última sexta-feira, dia 31, ambos os ministérios teriam concordado com as alterações que foram feitas.

"Não havia mais ajustes referentes às montadoras, o que havia eram correções referentes ao setor de autopeças e já foram feitas, mas não abriram os detalhes sobre exatamente o que essas correções se referiam", disse o vice-presidente da Abeifa.

Ferreira disse também que o MDIC já enviou a versão acordada do decreto de volta para a Fazenda, que tem o prazo de 15 dias para analisar. Acrescentou ainda que os demais pontos do decreto foram preservados. "Até onde sabemos, as medidas sobre eficiência energética, segurança e P&D [pesquisa e desenvolvimento] foram mantidas."

Em tese, o decreto deveria ter sido publicado no dia 6 de agosto, quando completaria 30 dias após a **publicação da MP, em 7 de julho.**

Já sobre a MP, foi instalada em 8 de agosto uma comissão mista no Congresso composta por deputados e senadores para análise do programa e de 80 emendas que ele recebeu apresentadas por parlamentares.

A primeira reunião da comissão estava agendada para a terça-feira, 4, mas segundo informações obtidas por **Automotive Business** com a própria comissão, o encontro foi cancelado. Por enquanto, não há indicações sobre quando será a reunião. Segundo informações passadas ao vice-presidente da Abeifa, a comissão teria um prazo limite de até 25 de outubro para concluir a análise da MP e enviá-la para votação em plenário.

"Pode ser que seja uma data mais adiante, porque temos uma eleição aí no meio", ponderou Ferreira.

Uma vez terminado o trabalho na comissão mista, em tese a Medida Provisória vai para votação na Câmara e no Senado na sequência - isso deve obrigatoriamente acontecer no prazo de 120 dias após a assinatura da MP, portanto até novembro próximo, ou a legislação perde validade.

Se aprovada pelos parlamentares, a matéria segue à sanção presidencial para ser convertida em lei. Caso seja julgado necessário, algumas partes que o governo considere inadequadas poderão ser vetadas. Esses vetos depois regressam para aprovação ou rejeição do Congresso.

Há pouco mais de um mês, o ministro do MDIC, Marcos Jorge, **garantiu que tudo seria concluído neste governo, este ano.**

Aptiv investe para produzir mais no Brasil

05/09/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 04-09-2018)

Empresa fruto da cisão da Delphi trabalha na ampliação e modernização de três fábricas locais

Estabelecida no fim de 2017, a Aptiv já dá passos importantes para se firmar como um negócio independente no Brasil. Fruto de cisão da Delphi, a companhia oferece soluções de arquitetura eletrônica, segurança e software, o que chama de cérebro e sistema nervoso dos veículos. A empresa ficou com a sede em São Caetano do Sul, no ABC paulista, enquanto a Delphi Technologies se mudou para Piracicaba.

Paulo Santos, vice-presidente da empresa no Brasil, confirmou durante o Congresso SAE, que acontece até quarta-feira, 5, em São Paulo, que a empresa tem investimentos em curso no País. Das cinco fábricas locais, três passam por ampliação e modernização entre este e o próximo ano.

Em Conceição dos Ouros (MG) a companhia vai duplicar a capacidade produtiva, em Espírito Santo do Pinhal (SP), vai modernizar a operação e erguer um novo edifício e, em Jambuí (SP), instalará estrutura para a fabricação de componentes eletrônicos. Santos não revela o valor do aporte, mas garante que 2018 é ano de "retomada dos investimentos na região".

A decisão de investir atende ao aumento da demanda local e ao ganho de participação da Aptiv, conta. "Estamos crescendo dois pontos percentuais acima da média do mercado." Há também um aumento importante das exportações da companhia, que chegam a mais de 25 países, incluindo nações europeias, Índia, China, México e Estados Unidos. "Na crise aceleramos as vendas externas para aproveitar a capacidade local.

TECNOLOGIA PARA A NOVA MOBILIDADE

Fornecemos para todas as grandes montadoras no Brasil e elas gostaram do posicionamento mais focado em soluções de mobilidade. Aqui há grande interesse por tecnologias de conectividade para os veículos e temos aproximado os clientes com estas novidades localmente", diz Santos.

O executivo aponta que a Delphi, agora Aptiv, é um exemplo de empresa que soube se reinventar diante da crise global de modelo de negócio na indústria automotiva. No Brasil houve ainda o desafio adicional causado pela retração da economia. "Repensamos muitas coisas, mas mantivemos a capacidade das nossas áreas de engenharia e pesquisa e desenvolvimento", garante.

Segundo ele, o Brasil tem competências importantes, que podem contribuir para avanços globais. "Temos uma competência grande para desenhar produtos de

transição, que não são a tecnologia mais avançada, mas a solução média, intermediária”, conta.

Globalmente, a companhia trabalha fortemente o desenvolvimento de veículos autônomos com uma série de iniciativas, incluindo uma parceria com a Lyft, concorrente da Uber nos Estados Unidos, com quem a empresa testa uma frota de carros autônomos em Las Vegas. “Aumentamos de oito para 30 o número de carros na frota. Os clientes que viajam nestes modelos mostram níveis muito altos de satisfação”, diz.

O projeto conta com outros parceiros, como BMW, fabricante dos carros, e Hertz. “É interessante trabalhar com este novo modelo, mais colaborativo. Para nós tem sido um aprendizado importante tanto da tecnologia, quanto do modelo de negócio”, avalia. Segundo Santos, a Aptiv já entendeu que a indústria precisará de parcerias valiosas para atender às demandas do futuro.

Importadoras vão rever para baixo projeções de vendas de 2018

05/09/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 04-09-2018)



Abeifa indica que cenário atual dificulta alcançar as 40 mil unidades previstas

As 16 associadas à Abeifa – associação que reúne importadoras e fabricantes de carros – vão **revisar para baixo sua projeção de vendas para 2018**. O novo volume deverá ser menor do que as 40 mil unidades previstas pela entidade no início deste ano. As incertezas econômicas e a volatilidade do câmbio são os principais fatores apontados pela entidade para justificar a necessidade de rever os números do segmento.

Para o vice-presidente da Abeifa, Paulo Ferreira, há muita dificuldade em fazer revisão em meio ao cenário de incertezas econômicas e políticas. Ele apresentou os dados referentes ao desempenho do setor de importados no ano em um encontro com a imprensa na terça-feira, 4, em São Paulo.

"Sabemos hoje que [40 mil] é um número bem difícil de alcançar, é desafiador, por isso a possibilidade de revisão desse volume", disse o vice-presidente da Abeifa.

Apesar de reconhecer a necessidade de rever o desempenho que espera para o ano, Ferreira indica que o novo número de vendas só deve vir a público no próximo mês ou ainda após o fim das eleições.

Por outro lado, a entidade já revisou a produção de suas quatro associadas que têm fábricas no Brasil: BMW, Chery, Land Rover e Suzuki devem fechar o ano com 24,1 mil veículos produzidos, o que se for confirmado representará crescimento de 31,2% sobre os 18,3 mil feitos no ano passado por estas marcas.

A previsão anterior esperava volume de 30 mil unidades e aumento de 63% no comparativo anual.

DÓLAR INIBE MERCADO, MAS VENDAS CRESCEM

Ferreira explica que em janeiro, quando a Abeifa fez a projeção de venda de 40 mil veículos para 2018, o cenário era outro: se falava naquela época em um crescimento do PIB de até 3% para o ano e agora a última revisão do mercado prevê aumento de 1%.

No entanto, ele aponta que o grande vilão da vez é a forte volatilidade do câmbio. Segundo o executivo, valores entre R\$ 3,20 e R\$ 3,60 são considerados saudáveis para quem lida com produtos importados, mas a cotação atual acima dos R\$ 4,00 limita os negócios.

“O dólar inibe o setor, hoje se vende um carro que importou há dois meses, mas com um custo que já é diferente por causa da alta do dólar. Mas após a definição das eleições acreditamos que deve voltar a um patamar mais realista”, disse.

Ferreira também disse que se a alta do dólar persistir poderá impactar na reconstrução dos estoques e, por consequência, nos preços ao consumidor.

Apesar da dificuldade relatada pela entidade, o setor de importados registrou em agosto seu melhor volume de vendas desde dezembro de 2015, quando foram licenciados pouco mais de 3,2 mil. Dados da Abeifa mostram que as vendas superaram as 3,8 mil unidades no mês, o que representa aumento de 22,6% com relação a julho e alta de 34,7% sobre agosto do ano passado.

No acumulado de oito meses, os emplacamentos de importados pelas associadas passou dos 24,8 mil veículos, incremento de 32% na comparação com igual período de 2017.

Audi inicia produção de seu primeiro SUV elétrico

05/09/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 04-09-2018)



E-Tron entrou em linha em Bruxelas e será revelado em primeira mão dia 17, na Califórnia

A **Audi** iniciou na fábrica de Bruxelas, na Bélgica, a produção do E-Tron, seu **primeiro SUV elétrico**.

De acordo com a montadora, o carro tem capacidade de recarga de até 150 quilowatts em estações de abastecimento rápido e fica pronto para rodar longas distâncias após meia hora plugado em uma dessas tomadas. O E-Tron será mostrado pela primeira vez no dia 17 de setembro, em São Francisco, na Califórnia.

“O E-Tron apresenta tecnologias inovadoras. A fábrica de Bruxelas foi amplamente modernizada para a produção do carro elétrico”, afirma o membro do conselho de administração para produção e logística da Audi, Peter Kössler.

"A Audi desenvolveu inúmeras competências internas para o E-Tron, como a tecnologia da bateria e o próprio sistema de propulsão. E os funcionários repensaram, planejaram e implementaram muitas etapas de produção", afirma o diretor executivo da Audi Bruxelas, Patrick Danau.

De acordo com a montadora, a fábrica belga vinha recebendo mudanças desde 2016. Elas ocorreram, por exemplo, na linha de montagem e na seção de pintura. Ali se criou também a própria produção de baterias. Até o momento inicial da produção ocorreram mais de 200 mil horas de treinamento.

Iveco vende 40 caminhões à OTD Logística

05/09/2018 – Fonte: Automotive Business (publicado em 04-09-2018)



Escolha da transportadora recaiu sobre o Hi-Way por desempenho, conforto e consumo

A fabricante de utilitários e caminhões **Iveco** vendeu um lote de 40 unidades do modelo Hi-Way de 440 cavalos para a empresa **OTD** Brasil Logística, com sede em São José dos Pinhais (PR). A transportadora teria escolhido os Iveco pelo desempenho, conforto e menor consumo na comparação com concorrentes.

Ainda segundo a montadora, 26 caminhões já estão com a OTD e todos foram vendidos com o plano de manutenção Essencial, que cobre as revisões preventivas como troca dos lubrificantes e peças de acordo com o manual de uso e manutenção do veículo.

Segundo o diretor de marketing e vendas da Iveco para a América Latina, Ricardo Barion, uma parte do lote foi financiada pelo Banco CNH Industrial. O Hi-Way é projetado para médias e longas distâncias e por isso oferece bons itens de conforto na cabine, como banco do passageiro e do motorista pneumáticos, geladeira de 24 litros, basculamento elétrico da cabine e cama com dois metros de comprimento.

Com o apoio da FPT Industrial, a Iveco desenvolveu um pacote de modificações técnicas que aumentou o torque e a economia dos modelos. As mudanças envolveram turbina, coletor de escape, volante do motor e sistema de arrefecimento, além de uma nova calibração geral de motor e transmissão.